

Preservar a confiança do consumidor é essencial

Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE mostrou que em 2007 as vendas no varejo cresceram 9,9% em relação a 2006. É a maior variação da série histórica da pesquisa iniciada em 2001 pelo instituto. Os números indicaram também que a receita nominal do setor no ano passado aumentou 14,1%, na mesma comparação. Na comparação mensal, em dezembro passado ocorreu expansão no grupo de produtos alimentícios, bebidas e fumo. Os índices foram suficientemente consistentes para sustentar previsões de expansão também para este ano.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) observou que se forem mantidas as mesmas condições de crescimento da massa real de salário em 5,5%, as condições de concessão de crédito e os níveis de inadimplência persistirem nos 7% alcançados neste ano, "tudo leva a crer que o comércio deva crescer entre 6% e 6,5%" em 2008. A entidade lembrou que a alta só não será maior neste ano, porque a base de comparação das vendas, que é o ano de 2007, "é muito forte". A CNC afirmou que o país "realmente voltou a crescer", com a atenta ressalva de que "ainda não tão forte como poderia".

O comércio é só um dos elos da cadeia de expansão econômica que as estatísticas sobre o ano passado começam a evidenciar. O emprego na indústria, em 2007, alcançou o melhor desempenho desde 2001, um reflexo pleno do aumento de produção do setor. O mercado de trabalho na indústria avançou 2,2% a maior variação anual constatada pelo IBGE desde o início da década. A folha de pagamento obteve expansão real, descontada a inflação, de 5,4% no ano passado em relação a 2006. É a melhor variação dos últimos três anos.

Os dois setores industriais que mais contrataram, como mostrou a série anual do instituto, foram de alimentos e bebidas, crescimento de 4,2% e meios de transporte, expansão de 7,7%, porque inclui automóveis. Os técnicos do IBGE insistiram em que as contratações do ano passado responderam de forma bem compatível ao aumento da produção industrial de 2007 que foi de 6,1%, uma reação bem melhor que a registrada, por exemplo em 2004, quando a produção avançou 8,2%, mas as contratações alcançaram aumento de apenas 1,8%. A diferença principal está na estabilidade da economia que gerou forte capacidade de investimento dos industriais, com forte reflexo no mercado de trabalho do setor.

O outro reflexo essencial que os números do IBGE sobre 2007 mostraram está no aumento da folha de pagamento que empurrou para cima o poder de compra dos trabalhadores. Como os empregos criados foram de qualidade e formais. Com a inflação sob controle, a subida real dos salários se mantém ininterrupta faz quatro anos.

Esse conjunto de perspectivas favoráveis já produziu efeitos no grau de confiança do consumidor. Pesquisa nacional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostrou que 88% dos consumidores consideram que o quadro econômico neste ano será melhor, ou pelo menos igual ao de 2007. O estudo foi feito na última semana de janeiro e abrangeu nove regiões metropolitanas e encontrou 59% dos entrevistados considerando que este ano será melhor que 2007, e outros 29% julgaram que será igual. Apenas 7% acham que neste ano devem enfrentar uma situação pior que a do anterior. Não há dúvida que essa visão otimista é produto desse conjunto de bons indicadores, confirmando que a economia, na perspectiva do consumo deve manter o ritmo forte do último trimestre, que derrubou os estoques, sinalizando bom movimento de reposição.

Porém, como notou com razão a CNC, o principal motor de todos esses bons indicadores foram as "condições de concessão do crédito". Foi a expansão da oferta de crédito que construiu a consistente expansão do consumo que movimentou toda essa cadeia de valor. Em janeiro, com a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) embutida no pacote que procurou compensar as perdas da não prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), impôs pressão de alta em várias operações de crédito, já no início deste ano. Esta pressão já provocou seus efeitos, em especial para o crédito destinado à pessoa física.

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) revelou que a taxa média cobrada para pessoas físicas saltou de 7,18% em dezembro para

7,23% em janeiro, avanço de 0,70%. Vale notar que das seis linhas de crédito para consumo pessoa física analisadas pela Anefac, só a dos cartões de crédito preservaram os valores de dezembro, estáveis em 10,34% mensais. Já o Crédito Direto ao Consumidor dos bancos passou de 2,92% em dezembro para 2,97% em janeiro, alta de 1,71%, o triplo da inflação.

O governo tem parte considerável da responsabilidade nessa alta dos juros ao consumo, que pode deixar 2008 bem diferente de 2007. E não é pouca.

Fonte: Gazeta Mercantil, São Paulo, 19 fev. 2008, Editoriais , p. A2

A utilização deste artigo é exclusivo para fins educacionais.